



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n. 25 - maio de 2016



Combater sem tréguas o governo golpista de Temer (PMDB)

O governo de Dilma Rousseff (PT) foi deposto por um movimento golpista que unificou as instituições do Estado (PF, MP, STF...), a burguesia nacional (FIESP) e o imperialismo. A imprensa burguesa insuflou as classes médias que foram às ruas. O golpe foi deflagrado em 2 de dezembro, com a abertura do processo na Câmara, pelas mãos do bandido Eduardo Cunha. Triunfou com a votação na Câmara em 17 de abril e foi formalizado pela votação no Senado, no dia 12 de maio. O PT se integrou totalmente à política burguesa. Não está sendo criminalizado por sua política de “inclusão social” ou por expressar algum antagonismo com a burguesia ou ao imperialismo. Dilma foi deposta porque não conseguia mais garantir o pagamento do superávit fiscal, não conseguia mais centralizar as frações burguesas. A crise econômica foi decisiva para que tal quadro fosse possível.

As entidades governistas se aferraram à defesa da “democracia”, tal bandeira teve pouco fôlego, uma vez que todos viram expostas as pústulas da democracia oligárquica que impera no Brasil. A própria Constituição, ao preservar o mecanismo anti-democrático do impeachment, mostra que em nosso país semi-colonial, não pôde ser constituída nem mesmo uma plena democracia burguesa, que garanta ao menos a soberania do voto popular. A essência do golpe institucional é esta: um punhado de parlamentares usurpou 54 milhões de votos. O PT e as entidades estatizadas e burocratizadas foram incapazes de defender seu governo. A política de conciliação de classes e os ataques desfechados pelo governo impediram que a classe operária se engajasse na luta democrática contra o golpe. Tal caminho só era possível se fosse constituído um movimento unitário em defesa das reivindicações e que organizasse uma greve política que quebrasse a espinha dorsal do golpe

A tarefa agora é de combater o governo golpista. Mais uma vez, o desafio da situação é romper a política de conciliação de classes. A bandeira de “eleições gerais” equivocadamente empunhada pelo PSTU é uma das vias da classe dominante para recompor suas forças e dar legitimidade a um novo governo para atacar mais fundo os explorados. Os ataques ao funcionalismo impõem a unidade contra o PL 257, além das reivindicações que compunham a pauta do Fórum Nacional de Servidores no ano passado. Porém, esta luta precisa se vincular às reivindicações gerais dos trabalhadores. Não há uma mudança de essência quanto à política dos governos petistas, mas sim de grau e de ritmo. O golpe triunfou, mas o governo golpista ainda não triunfou. Precisa mostrar à burguesia, sobretudo ao capital financeiro, que conseguirá garantir o pagamento da dívida pública. Para isso, desagrada a burguesia nacional com a volta da CPMF, mas oferece em troca a redução dos salários e dos direitos. Para que o usurpador Temer consiga isto, precisa contar com a cumplicidade das entidades sindicais, camponesas e populares. A CUT já sinalizou que participará das negociações sobre a reforma da previdência. Para que as massas possam se depender, será necessário ultrapassar o bloqueio das direções burocráticas.

A CSP-Conlutas e a Intersindical precisam se lançar na tarefa de construir um movimento no terreno da independência de classe. Ou seja, precisam se empenhar em **construir uma frente única sindical contra: as demissões; o arrocho e redução salarial; a reforma trabalhista e retirada de direitos; a reforma da previdência; os cortes de verbas na saúde, educação, assentamentos agrários e programas sociais; o plano de privatização e desnacionalização; e pelo não pagamento da dívida pública.**

O II ENE deve preparar a luta contra os ataques de Temer à Educação

Os planos para o governo de Temer (PMDB) para a educação já estão expostos. Foram sendo revelados nos documentos “Agenda Brasil”, “Ponte para o futuro” e “A travessia social”. Implicam na desvinculação das receitas fixas destinadas às áreas sociais, no aumento da terceirização via Organizações Sociais, no ataque aos servidores, no incremento da meritocracia como forma de aumentar a competição, a fragmentação e responsabilizar os professores pelo fracasso escolar e pelos baixos salários. O governo já anunciou que aprofundará a aplicação do receituário do FMI com uma focalização ainda mais restrita das políticas sociais nas camadas mais pobres entre os pobres. Em nome de uma falsa “prioridade na educação básica” pretenderá entregar o que resta de ensino superior público ao mercado, ampliando os mecanismos de gestão privada.

Além disso, a nomeação do Secretário de Segurança de São

Paulo para o Ministério da Justiça, x que ganhou notoriedade com a repressão a crianças e adolescentes que ocuparam as escolas paulistas e as manifestações contra o aumento da tarifa, tem mostrado como serão enfrentadas as próximas lutas: com a aberta repressão e criminalização. O novo Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho (DEM) assume o cargo como parte da partilha dos espólios após a deposição de Dilma. A secretária executiva do MEC é quem agirá como Ministra de fato, Maria Helena de Castro, vinculada ao PSDB tem em seu currículo a criação do Provão, sob o governo FHC e o SAEB, avaliações antiautonomistas, ranqueadoras e meritocráticas que são parte da política privatista.

Diante deste quadro, é urgente que os organizadores do II ENE, sobretudo o ANDES-SN e CSP-Conlutas abandonem a postura burocrática de fazer um encontro sem deliberações em

que os participantes são apenas figurantes que ao final legitimam com sua presença numérica um acordo já definido entre as entidades que convocam o evento. Para enfrentar o governo golpista de Temer, é preciso que o Encontro seja regido pela

democracia operária, que os presentes deliberem sobre o plano de lutas para o próximo período. Não precisamos de mais um encontro academicista e distracionista. Organizar a luta unitária dos que estudam e trabalham é urgente.

A posição do ANDES-SN diante do golpe institucional contra Dilma

Sabemos que o ANDES-SN é uma coluna de sustentação tanto política quanto financeira da CSP-Conlutas, a central a que está filiado. Não é de estranhar, portanto, que tenha reproduzido, de forma mais velada, a posição aberta dessa Central de não se opor claramente ao golpe contra o governo Dilma/PT.

Em duas notas lançadas ao longo desse primeiro semestre, a diretoria do ANDES-SN reafirmou à exaustão a sua política de “autonomia” frente aos governos e aos partidos. Como se ao afirmar sua “profissão de fé” pudesse não se “emblocar” nem com o governo, nem com a oposição burguesa. Mas autonomia ou independência política não significam neutralidade diante da luta de classes. Apontar abstratamente as lutas e as posições políticas dos dois lados em choque, rechaçando-as não conduz a uma política de independência de classe. Ao contrário, nega essa independência. A política de “Fora Todos”, defendida abertamente pela CSP-Conlutas e mais detidamente pelo PSTU, dirigente majoritário da central, reflete um esquerdismo que objetivamente se “emblocou” com a oposição burguesa.

Nesse sentido, ler a nota da diretoria do ANDES-SN de 21 de março é ilustrativo dessa posição de falta de independência e de confusão política. A direção do ANDES estava diante do golpe já em marcha, as denúncias de Delcídio do Amaral serviram como mais pólvora para a oposição burguesa e reforçavam a tese, reconhecida pela própria diretoria do sindicato, de que avolumava-se um terceiro turno nas eleições e que estava em xeque o problema da “democracia” no país. Para demonstrar isso, reproduziremos um pequeno trecho dessa nota de 21 de março: *“Os episódios que se desencadearam a partir do processo de delação premiada do Senador Delcídio do Amaral expressam o agravamento de uma espécie de terceiro turno, que teve início logo após o término do segundo turno em novembro de 2014 e que se arrasta sem definição até o momento, em que pese a polarização das manifestações da última semana, as batalhas judiciais e a manipulação midiática dos processos jurídicos e políticos. As manipulações midiáticas, resultado dos grandes monopólios, deve ser enfrentada e, por isso, é importante continuar na luta pela democratização dos meios de comunicação e contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios. Não pode haver democracia plena, se hoje os veículos de comunicação são instrumentos de desestabilização, a serviço do imperialismo norte-americano.”*

Ora, esse era o centro do impeachment: a existência de um terceiro turno, um golpe armado pela burguesia nacional e internacional e um ataque à democracia (tratada pela diretoria do ANDES-SN de forma abstrata, mas que é verdadeiramente a democracia burguesa). Contra esse núcleo, esse centro, que constitui o golpe, a diretoria do ANDES-SN teria que se posicionar. A direção de nosso sindicato deveria levantar o “Abaixo o golpe!”. Pura e simplesmente porque não se tratava de defender o governo, mas o princípio democrático de que o governo só poderia ser derrubado por aqueles que o elegeram. Ou seja, opor-se ao golpe era reafirmar o princípio democrático burguês da “soberania do voto” que a própria burguesia e seus representantes não podem defender, porque o Estado brasileiro é oligárquico e é marcado por golpes sucessivos em sua história.

Assim, o palavreado todo sobre a história do ANDES-SN

e sua ligação com a “democratização” do país perde concretude quando não consegue se diferenciar dos golpistas da direita institucional. A luta contra o governo não dependia e não depende do golpe já consumado; depende de organização dos trabalhadores, de erguer as bandeiras em defesa dos direitos, dos empregos e salários, de quebrar o divisionismo que a CSP-Conlutas continua a fortalecer, como se viu no 1º de maio com atos separados, etc.

Por isso a diretoria do ANDES-SN reproduziu as palavras da direção da CSP-Conlutas sobre *“os governistas”* defenderem a *“permanência do governo responsável pelos brutais ataques que nosso povo vem sofrendo (...)”*. E os não-governistas devem então defender a queda por meio de um golpe da direita burguesa para que os brutais ataques cessem? Não há lógica e não há consequência nessa política da diretoria do ANDES-SN. Ela reflete uma política pequeno-burguesa de um setor pressionado pelas condições adversas da luta e que não quer se “comprometer” com as “disputas burguesas” para não se “macular”. Pois é justamente no momento de crise que a política do proletariado tem que se fazer visível, é justamente na defesa do princípio democrático da “soberania do voto” que poderia se erguer um movimento para quebrar a espinha do golpismo e erguer o conjunto dos trabalhadores para defender suas condições de existência. Nesse quadro e nessa conjuntura, passava a luta de classes e era preciso se posicionar: quebrar o golpe com as massas nas ruas, com as reivindicações gerais, com os métodos de ação direta.

Ao contrário disso, fora as notas da diretoria, algumas seções sindicais ligadas a algumas universidades organizaram debates para discutir a crise política. Prevaleceu no interior do movimento sindical docente uma posição de rechaço ao golpe. A direção do ANDES-SN teve que se calar e se esconder, porque não poderia dizer que era indiferente à queda ou não do governo. Demonstrou efetivamente, na prática, sua falta de autonomia e sua incapacidade de defender a luta democrática quando essa se apresentou com toda nitidez. Esse é o balanço da posição do ANDES-SN frente ao golpe.

A tarefa agora é lutar contra o governo golpista de Temer, não ter ilusões que “sairão todos” nos próximos meses. A bandeira de “Fora todos” é equivocada e danosa ao movimento. É preciso nomear o inimigo, e ele já está empossado e manterá os ataques aos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, em especial. Levantar uma Frente Única Sindical, em torno das reivindicações e dos métodos de luta para derrotar a política do governo Temer e de todos os golpistas de plantão deve ser o centro de nossa política e organização. Os golpistas continuarão em alerta caso esse novo governo fracasse em seu intento de levar adiante a política antipopular e pró-imperialista e, com certeza, não tardarão, se necessário, a chamar novas eleições para dar mais legitimidade a qualquer governo que siga com essa política. Não há a tempo a perder, a organização da Frente Única Sindical deve ser a palavra de ordem da nova diretoria do ANDES-SN, sem a qual novos erros serão cometidos e os ataques aos nossos direitos avançarão.

A chapa única às eleições da ADUA foi eleita. O que fará?

A segunda semana de março serviu para as eleições do ANDES-SN e da ADUA (Associação de docentes da Universidade Federal do Amazonas). Como já avaliamos em boletim da Corrente Proletária em edição anterior, as eleições do ANDES-SN foram definidas no 35o Congresso, as da ADUA em uma assembleia esvaziada.

Como se sabe, em virtude da greve, os calendários das federais estão foram dos semestres normais. O mês de maio corresponde ao recesso escolar. As eleições ocorreram, portanto, em pleno recesso e férias docentes. A diretoria anterior que levou o pleito à frente não quis correr o risco de esvaziar as eleições do ANDES-SN e permitir que uma chapa oposicionista ligada ao PROIFES se articulasse. O esvaziamento ocorreu de qualquer forma: foram 180 votos em universo de mais de 900 filiados. A avaliação da presidente eleita da chapa “ADUA Combativa” achou positivo o número de votantes em “período de recesso”. De fato, se tomarmos que não houve reuniões e plenárias abertas para discutir o período pós-greva, para fazer balanço das atividades, para fazer balanço da diretoria anterior que dirigiu a greve, para aglutinar todos os docentes que se organizaram nos comandos de greve, o número pode ser visto de forma “positiva”. Entretanto, essa positividade representa esse vazio organizativo, essa falta de iniciativa e essa política, em última instância, sectária em que se escolhem os novos dirigentes a dedo e não por uma ampla e democrática discussão das bases.

A chapa agrupou membros da antiga gestão que levaram à frente a greve e os grevistas que se destacaram em 2015. Nesse sentido, por ser expressão de uma luta concreta, podia ser apoiada criticamente por todos os ativistas. No entanto, é bom ressaltar esse aspecto “crítico” do apoio, porque se a nova diretoria reproduzir os mesmos erros da gestão anterior (não divulgação de materiais, não visita às unidades, não regulamentação da realidade multicampia, não organização sistemática de reuniões e assembleias, não participação das atividades gerais do movimento docente nacional, etc.), ela sofrerá os mesmos ataques que a antiga diretoria recebeu ao iniciar o processo de construção da greve de 2015. Faltará legitimidade junto às bases e, de fato, uma política “combativa”, de classe, que se apoia nos métodos da ação direta e na democracia sindical.

À frente, a nova diretoria tem como tarefa atuar dentro e fora da universidade contra os ataques ao funcionalismo e às IFE, organizar as representações locais, sistematizar as discussões e ampliar a participação direta dos docentes, em unidade estreita com os demais movimentos dentro e fora da universidade. Os próximos dois anos serão mais duros do que os anteriores e só uma direção que encarne um programa revolucionário, classista, poderá dar as respostas à altura dos problemas e ataques que virão. **A unidade é imprescindível para isso, por isso nem sectarismo ou imobilismo pode ser tolerado. Organizemos a luta.**

Realização da 3ª semana de Ciências Sociais na UNIR (Rondônia)

Aconteceu de 11 a 13 de maio, a 3ª Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia – Unir. Ocorreu em um momento de profunda crise econômica e política e diante do golpe de Estado institucional e das medidas de ataque à vida das massas, o que inclui aumento do desemprego, sucateamentos dos serviços públicos, rebaixamento salarial e destruição de direitos. Questões às quais supostamente os “serviços sociais” e as “ciências sociais” deveriam responder ou, ao menos, levantar.

Ocorrendo em universidade que sequer conta com restaurantes e residências universitárias e que se expandiu nos últimos dez anos, dentro do REUNI, de forma caótica e sem garantia integral de permanência dos estudantes nos cursos de graduação, e que sequer conta com uma tradição dos movimentos estudantil ou sindical, a 3ª Semana de Ciências Sociais foi mais um evento para os acadêmicos olharem a barbárie, mas nada de concreto realizarem em torno do combate aos

graves problemas que afeta todos os explorados.

Presença da militância da Corrente Proletária da Educação (CPE) na 3ª semana

Nos três dias de encontro o debate se deu em torno do lema: “#praondevamos?”. Como já esperávamos, em todas as plenárias e debates, como objetivo acadêmico a proposta das temáticas cumpriram simplesmente seu papel, que foi o de responder aos problemas da escola de classe de forma abstrata e fora da realidade de ataques que sofrem a educação e as universidades, em particular. Aconteceram longas palestras de análise conjuntural, denúncias e lamentações em torno da crise política, porém somente no subjetivismo do pensar e do olhar acadêmico sem qualquer aplicação prática e sem propostas de alterar as estruturas da sociedade capitalista. Os acadêmicos não puderam sequer chegar à conclusão que os problemas enfrentados pela universidade são frutos da crise do capitalismo e que é preciso ter uma posição, no mínimo, anticapitalista.

A Corrente Proletária interveio com manifestos nacionais do partido caracterizando a situação política atual em torno da qual fez falas chamando atenção para a profunda crise econômica, para o triunfo do golpismo, para os ataques aos salários, aos empregos e aos direitos e mostrando a necessidade dos movimentos de luta dentro da universidade darem respostas ao momento atual da conjuntura, atuando com independência de classe e com os métodos da ação direta.

Cadastre-se e receba nosso boletim online:

por@pormassas.org

Conheça nosso blog:

cpe-por.blogspot.com

Comitê realiza Encontro Paraibano de Educação

O Encontro paraibano de educação aconteceu em 21 de maio, em Campina Grande. Foi organizado pelo recém criado Comitê estadual em defesa da educação Pública-PB. Agregou um pouco mais de 100 professores, funcionários e estudantes de todos os níveis de ensino, das redes federal, estadual e municipais; quilombolas e indígenas. Além das direções sindicais, participaram: PSOL, PCR e POR. O PSTU, a direção da CSP-Conlutas e a ANEL estiveram ausentes.

A abertura teve quatro falas. A primeira, da Auditoria Cidadã da Dívida, apresentou os dados técnicos sobre a questão a partir de uma perspectiva reformista de que os impostos existem para garantir o bem-estar da população, mas estão tendo sua função desviada. Acusou uma elite de 120 mil famílias no Brasil de se beneficiarem do sistema da dívida, sem nominar o capital financeiro e o imperialismo. O presidente da ADUEPB tratou da crise de endividamento do Estado e seu impacto no financiamento da universidade, cujo orçamento é recorrentemente mutilado, resultando em precarização e arrocho salarial. Em 2015, o “reajuste” foi de 1% e a previsão para 2016 não chega a 4%.

Na sequência, um professor do magistério (Oposição/Sintep) denunciou os ataques do governo Ricardo Coutinho com o fechamento de escolas. O governo transformou a gratificação existente em uma bolsa meritocrática, perdida caso os professores adoecem ou façam greve. Há 30 mil trabalhadores na educação básica, sendo 20 mil de professores, cuja metade tem contratos precários. A mudança da matriz curricular implicou em que os professores tenham que assumir mais aulas, muitas vezes em mais de uma escola. Atacou os planos do governo que ameaçam a lei do piso, antes mesmo de ter sido aplicada. Tratou das lutas recentes, da interferência da Justiça burguesa e a dificuldade em levar a categoria a romper o bloqueio imposto pela direção sindical pelega.

A quarta fala foi de uma integrante da Corrente Proletária Estudantil/POR partiu da caracterização do governo golpista de Temer que aprofundará os ataques aos trabalhadores, juventude, camponeses, indígenas e quilombolas em nome do pagamento da dívida pública. Apontou as dificuldades que os estudantes enfrentam, o que tem os levado à luta pela permanência, a exemplo da greve de fome na UFPB, dos protestos contra o RU a R\$8 na UEPB e a conquista do RU Universal no campus de Campina Grande na UFCG. Indicou a necessidade de aprendermos com a experiência das ocupações no SAS da USP, por creches e contra a violência à mulher; e das ocupações de escolas em 2015 e agora das ETECs. Mostrou a necessidade de lutar pela destruição da burocracia universitária e escolar e pela estatização, sem indenização do sistema privado. Defendeu a formação de um movimento unitário e da adoção dos métodos da ação direta.

Após o debate no plenário, foram formados os GTs sobre os eixos do II ENE. A CPE/POR escreveu textos e resoluções para todos os eixos. Nos grupos, a CPE se contrapôs ao programa reformista para a educação e às teses academicistas, chamando a atenção para a necessidade de sairmos com um plano de lutas do encontro.

A plenária final à noite foi esvaziada. A CPE tinha proposto dois dias e meio de evento, mas prevaleceu a concentração de tudo em um dia, o que impediu que todas as propostas fossem apreciadas. O encontro foi deliberativo. Entre as propostas aprovadas, várias da CPE foram aceitas, porém, muitas vezes por uma plenária cansada e premida pelo tempo. Para que este encontro faça sentido, será fundamental a articulação posterior a ele para estruturar as campanhas em torno das resoluções e superar a fragmentação das lutas da Educação, forjando um movimento unitário em torno das reivindicações que enfrentem o governo usurpador de Michel Temer.

O Comitê em Defesa da Educação da Bahia realiza balanço do encontro estadual e discute o II ENE

Em 8 de maio ocorreu em Vitória da Conquista a reunião ordinária do Comitê em Defesa da Educação da Bahia. Na reunião, foi realizado um balanço político, organizativo e financeiro do encontro estadual preparatório ao II ENE, que foi realizado de 8 a 10 de abril, em Feira de Santana-BA. O coletivo tirou uma comissão para fazer o relatório do encontro preparatório com data limite dia 12/05, mas até o momento não foi concluído.

A CPE defendeu no encontro preparatório da Bahia que houvesse a inscrição e defesa de teses e que a plenária aprovasse um plano de lutas. Nosso encontro tem se destacado, entre os encontros que estão sendo realizados, por ter preservado a democracia operária e garantido a defesa das posições a todas as correntes políticas e demais entidades. Na prática, o encontro preparatório ao II ENE na Bahia irrompeu com o chamado consenso progressivo, instrumentalizado pela organização nacional do ENE.

A próxima reunião do comitê está agendada para 09 de julho em Salvador com a seguinte proposta de pauta: regimento do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública, questões organizativas do comitê e avaliação do II ENE.

O II ENE ocorrerá no período de 16 a 18 de junho em Brasília e coloca-se a tarefa de armar os lutadores contra os ataques à educação pública. Há limitações quanto à organização do encontro nacional, tendo em vista que não haverá a inscrição e defesa de teses e a plenária não terá caráter deliberativo.

O II ENE reunirá o grosso da vanguarda de oposição ao governo e será um espaço propício para a denúncia do PLP 257/2016, que ataca os direitos do funcionalismo público e constitui um desmonte dos serviços públicos. O dia 16 de junho foi definido com dia nacional de luta em defesa da Educação Pública e será realizado em Brasília um ato nacional, convocado pelas entidades que compõem a comissão organizadora do ENE.

A CPE atua no Comitê Estadual em Defesa da Educação da Bahia, defendendo o programa proletário para a educação, que arme politicamente o conjunto da militância na defesa intransigente da educação pública contra os ataques dos governos estaduais e federal.

Leia no blog a matéria sobre a portaria 046/2016 e as ameaças ao PIBID

Os estudantes das universidades estaduais baianas levaram ao Comitê a demanda de lutar contra os cortes de orçamento que têm ameaçado do PIBID. Na UFBA os estudantes têm se mobilizado, mas os coordenadores impedem que a luta se radicalize e ameaçam com retaliações. Será no conjunto das lutas contra os cortes no orçamento e pelo direito de permanência que os estudantes poderão avançar em defesa de suas reivindicações.

<http://cpe-por.blogspot.com.br/2016/05/estudantes-denunciam-portaria-0462016-e.html>